

## II

## Arquitectura

Olhar as formas e as diversas configurações das realizações românicas e senti-las nos seus fundamentos culturais, funcionais e estilísticos e também nas suas circunstâncias históricas e geográficas é uma tarefa exigente e longa que temos de tentar em sucessivas aproximações. Nesta faixa atlântica, do Minho ao Alentejo e entre os meados da segunda parte do século XI e os finais do primeiro quartel do século XIII, o românico preencheu muitos vazios e correspondeu a muitas solicitações novas. São dois séculos de um estilo que assim nos mostra uma apreciável variedade de soluções, devido a diferentes correntes de inspiração e à diversidade geográfica e, sobretudo, por causa da sua longa perduração. Com uma gestação lenta e titubeante na bacia do Lima e na área de Braga, pelos finais do XI, o românico afirma-se depois em torno de Braga e logo em Coimbra, onde o seu sotaque é mais europeu. Assumido, o românico chega aos mais diferentes locais onde tem resistências e se simplifica em manifestações quase vernaculares. Unidade e diversidade são duas das mais notórias características do românico europeu. Outro tanto, necessariamente numa escala muito menor, poderemos dizer deste estilo em Portugal, onde ele nos apresenta bastantes dialectos.

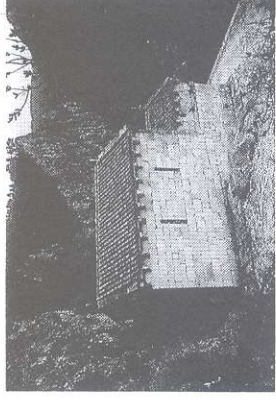
## Introdução à Arquitectura Medieval

Em arquitectura, muito para além do que pode suspeitar o projectista-arqui-

tecto, desenham-se e testemunham-se o pensamento, o gosto e as pretensões de uma época. É por isto que a lição da arquitectura é extraordinariamente rica e multímoda, mas também muito críptica. Saber ver e penetrar a arquitectura é uma aprendizagem longa que se faz tacteando, em aproximações, e com muita meditação, andando à sua volta, entrando e sentindo os seus espaços. Qualquer introdução que nos ajude nesta pretensão e nos inicie nos caminhos da sua descoberta e análise é sempre de extrema utilidade. Porque uma diacronia mais alargada nos oferecerá um panorama mais contrastado e rico e muito mais observável e também para evitarmos repetições, incluiremos nesta perspectiva a arquitectura gótica.

## Do Sítio aos Materiais

*Sítio* — Qualquer edifício mas, mais que qualquer outro, uma igreja tem uma relação muito profunda com o seu «sítio» que ela marca com perenidade. É por demais sabido que a escolha de um lugar para edificar um templo não se faz arbitrariamente. É uma opção que tem sempre uma enorme carga cultural. As igrejas acompanham o *habitat*, elas consagram as comunidades que as querem próximas e, por isso, as encontramos sobre as manchas mais humanizadas. Não é menos evocativo que as possamos encontrar, hoje, em sítios isolados, mas onde, outrora, houve aldeamentos, entretanto abandonados,



> Igreja de S. Pedro das Águas (Tabuaço): implantação do templo românico, encostado às fragas rochosas.

caso da Igreja românica de S. Salvador de Anciães (Carrzeda de Anciães), ou até em locais de antigos eremitérios, como será o caso de S. Pedro das Águas (Tabuaço). Ontem, como de certo modo ainda hoje, uma igreja alicerça a autarquia do aldeamento e responde às necessidades anímicas de simbolização territorial e de culto religioso. Sem elas as comunidades não tinham, no seu interior, a socialização das importantes cerimónias de baptizado, de casamento e de enterramento, os chamados «ritos de passagem», nem as celebrações religiosas que garantiam a protecção de Deus e dos santos para os habitantes da paróquia e para os seus bens, nem a garantia de sufragios para os seus mortos. Geralmente alтанeira, uma igreja com a sua torre e o seu sino é o símbolo da autonomia e da coerência da comunidade. O sítio é ainda uma escolha muito intencional pela visibilidade notória que poderá dar à igreja, tão procurada e importante na simbolização do espaço que ela consagra. Pelo seu volume e torre, as igrejas de outrora eram edifícios com uma altura muito superior à das casas, destacando-se bem ao longe, como vemos em gravuras antigas e em cidades e povoações menos transformadas. Uma igreja era sempre uma construção de grande impacte na paisagem do lugar, além de ser uma grande referência de simbolização tónica.

A tradição e o imaginário têm um papel fundamental na escolha do sítio de uma igreja. Porque um templo santifica o lugar onde ele se ergueu, dado que a sacralização é também telúrica, porque o seu sítio tem um enorme valor referencial e era, em tempos passados, um lugar cemiterial, muito dificilmente uma igreja deixa o seu sítio primeiro. E se, por razões ponderosas, deixasse o seu antigo local deveria construir-se aí uma capela ou um cruzeiro, conforme regulamentavam antigas determinações eclesiásticas. Este fenómeno tem muitas consequências no andamento e no fasea-

mento de uma nova construção, dado que, para assegurar o culto religioso, era necessário manter em pé uma parcela do edifício anterior, enquanto uma parte do novo não pudesse começar a ser utilizada para tal.

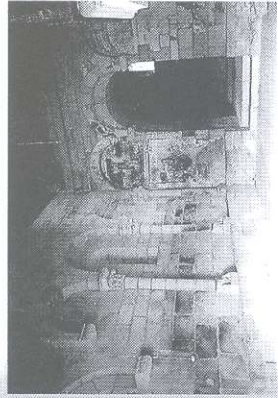
Ancorada no seu lugar, enquadrada no seu ambiente natural e humano, uma igreja no seu «sítio» é, pois, um extraordinário testemunho de civilização. Se as suas pedras e decoração devem ser vistas de perto ou até à lupa, se as soluções arquitectónicas que apresenta têm de ser apreciadas no interior do seu espaço e ainda em seu redor, a sua volumetria deverá também ser apreciada de longe.

*Encomendadores e Fundos* — «Arquitectura é poder» e, com toda a certeza, ainda mais o significava na época medieval.

Uma construção desta época, de aparelho cuidado, com portais enobrecidos por colunas e por outros trabalhos decorativos, era, necessariamente, uma obra morosa e muito dispendiosa. Ela é, normalmente, a concretização de um projecto bastante pensado e implementado por uma vontade forte. A construção de uma cuidada igreja medieval pressupõe, naturalmente, um diálogo intenso e continuado entre os encomendadores, os ofertantes de donativos e o mestre da construção, até porque o projecto se ia definindo à medida que iam decorrendo as obras.

A figura do encomendador ou do «senhor da obra» é fundamental, até porque poderia optar por «arquitecto» e por canoitos chamados de longe. Com certeza, as boas construções são aquelas que têm mais probabilidades de resistir aos tempos e as que garantem maior prestígio ao encomendador e aos seus usufruidores. Entre os maiores encomendadores românicos estão os bispos das dioceses então estabelecidas, a saber, Braga, Porto, Lamego, Viseu, Coimbra e Lisboa, os quais promoveram a construção dos importantes edifícios das suas sés. As catedrais românicas portuguesas, porque surgiram tardiamente, não foram substituídas por edifícios góticos como, muitas vezes, aconteceu pela Europa. Sistemáticos encomendadores de igrejas românicas foram os abades ou os priores das instituições monásticas de então. As igrejas monásticas continuavam a ser o grande mostruário de arquitectura monástica em Portugal. Muitas desapareceram para dar lugar a edifícios novos, na Época Moderna, caso de Moreira (Maia), de Santo Tirso, de Alpendorada (Marco de Canavezes), de Tibães (Braga), de Refojos (Cabeceras de Basto) etc., onde se têm descoberto significativos restos de arquitectura românica. Pelos vestígios românicos, sistematicamente encontrados nas igrejas que foram monasteriais, poderemos dizer que toda a instituição monástica desse tempo teve uma igreja arquitectonicamente cuidada, ao gosto da época. No período gótico, os grandes encomendadores serão as ordens mendicantes, os reis e os grandes senhores.

A documentação assegura-nos que os nossos primeiros reis, e já o conde D. Henrique, tiveram muito empenho no fomento da construção românica, em igrejas e pontes, tendo doado para obras destes géneros grandes donativos, como mostram algumas acções e os legados testamentários. E também para castelos. Alguns senhores de «terras» e outros poderosos lo-



> Mosteiro de Arnoso (Vila Nova de Famalicão): vista da nave da igreja, concebida para capela-mor de um projecto mais ambicioso (Fase I) e posteriormente adaptada a nave de templo românico de menores dimensões (Fase II).

muitas vezes tiveram os empreendedores dessas construções e do tempo longo que demorou a sua conclusão. A Sé Velha de Coimbra teve um tempo relativamente curto de construção, pouco mais de meio século, mas as catedrais de Braga, do Porto e de Évora foram edificadas muito mais lentamente. Lembremos que a rica Catedral de Compostela tem mais de um século de obras. Testemunha-nos bem a aventura que representava a encomenda de uma pequena, embora cuidada, obra românica, a inscrição da igreja do Mosteiro de Rio Mau (Vila do Conde). Nela, «o indigno sacerdote Pedro Dias» como que pede a S. Cristóvão, «em cuja honra a começou», em 1151, que a ajude a concluir. Mas a obra teve percalços. A igreja foi rematada bastante mais tarde, com outros artífices e bem mais pobremente.

Os fundos para custear a construção de igrejas provinham, em primeiro lugar das acumulações de bens que as instituições faziam quando se preparavam para obras. As fábricas das catedrais tinham rendimentos provenientes das suas próprias propriedades, de parte dos bens da mitra e dos do cabido e ainda de outras receitas resultantes de multas e de comutações de penas e de penitências. Outra importante fonte de receita provinha dos donativos ou de doações feitas por ocasião da morte de

pessoas que desejavam ser tumuladas nos espaços dessas igrejas e desejassem ser lembrados nas suas orações e missas, como os cartulários das nossas sés e mosteiros tantas vezes nos referem. Os peditérios de igreja em igreja, enquanto as obras pias se iam erguendo, foi então uma modalidade muito frequente e quase se tornou numa praga social na época gótica. Da pregação de angariação de fundos beneficiaram não só as igrejas como também as «fábricas das obras de pontes». Assim se compreende que numa reunião do conselho de Aveiro, em 1168, numa decisão colectiva, se tenham doado avultados bens «para ajuda da obra e da edificação» da Sé Velha de Coimbra. Em 1283, D. Vicente Mendes, bispo do Porto, concede indulgências e um lugar nas intenções das suas orações a quem contribua «para a obra da fábrica» da Igreja de S. Pedro de Croca, Penafiel. Se não fora esta prática sistemática de doações piedosas para as obras das igrejas e de pontes seria impensável o extraordinário labor construtivo de então nestes dois ramos de arquitectura.

### Técnicas, Canteiros e Mestres-de-obras

— A divulgação do estilo românico é acompanhada pela difusão das técnicas de construir que lhe são próprias. Um obra-douro de uma construção medieval de relativa importância e com um certo ritmo tinha uma organização muito razoável, própria de uma época que construiu muito e bem. Não temos documentação que nos permita descrever com pormenor, mas há informações para outras regiões que podemos assumir para Portugal, apoiados na análise da artefactiva das pedras que compõem os muros das nossas antigas igrejas, nos tipos de aparelho, nas suas marcas e cicatrizes, nas formas decorativas e até na experiência que as obras de restauro destes monumentos nos facultaram. Se o programa o consentia e desde que exigências da manutenção do culto o não

impedisses, uma igreja começava a construir-se pela cabeceira. Como muitas vezes aconteceu, logo que esta estivesse pronta e fosse delimitado o corpo da igreja pelo arranque das suas paredes exteriores, podia ser dedicado o seu altar, abrindo-se ao culto o seu espaço. Por motivos religiosos e técnicos, a parte do restante corpo da nave ou naves iniciava-se com o lançamento da totalidade dos alicerces dos muros exteriores. Não faltam iluminuras medievais mostrando igrejas em construção, onde se vê a capela-mor totalmente erguida e as paredes da nave a subir aos lanços, bem demarcados pela diferença de patine da pedra. Compreensivelmente, isto significa que a uma fase de aparelhamento de pedra se seguia uma outra de assentamento e que o trabalho do canteiro, era bem mais demorado que o do seu assentamento. A análise dos muros de igrejas, como a de Rio Mau (Vila do Conde) ou a de Bravães (Ponte da Barca), mostram-nos bem este processo.

Só se pode construir bem e depressa, como se testemunha na época românica-gótica, com fiadas de pedra bem quadriculadas e, posicionalmente, com a mesma altura, isto é, em isodomia ou em pseudo-isodomia, técnica que obriga à existência de pedreiros-montantes capazes de cortar a pedra na pedreira conforme regras pre-determinadas. Era junto do edifício em construção, no obradouro, que habitualmente se processava o trabalho do pedreiro-canteiro que, servindo-se da marreta, do pico, da maceta, do guilho, do cinzel, da talhadeira e do esquadro, quadriculava os blocos, cuja modelada altura posicional era conferida através de uma bitola. A face reservada para ficar visível no muro era a mais cuidada e era a que levava a sigla. As outras quatro faces laterais, contíguas, pelas quais a pedra se integrava na parede, eram bem quadriculadas mas mantinham a aspereza do pico. O lado oculo, o oposto à face exterior, mantinha-

mas decorativas e escultóricas da época românica ou gótica era necessária uma gama bastante diferenciada de instrumentos. Ela não seria muito diferente da série de instrumentos tradicionais dos canteiros e escultores de hoje, onde temos a maceta, o cinzel, o guilho, a talhadeira, o pontalete, os palhetes, o compasso, o esquadro, as bitolas e um instrumento de medir. Esta diversidade de instrumentos pode ser razoavelmente determinada a partir da análise das diferentes marcas, deixadas em negativo, na superfície trabalhada das pedras. Estas marcas são nítidas, sobretudo, quando a pedra utilizada é branda, como acontece no calcário coimbrão.

As oficinas de canteiros, junto das obras, eram geralmente muito pequenas. O *Codex Calixtinus* fala com admiração da grandeza do obradouro da Catedral de Compostela. Mas os canteiros eram apenas cinquenta. A Sé Velha de Coimbra, pelos fundos que movimentou e pela relativa rapidez com que foi concluída, parece ter tido um dos maiores obradouros românicos de Portugal. Pela contagem das diferentes siglas patentes nas pedras da cabeceira, haveria, nesta obra, uma vintena de canteiros. Numa pequena igreja como a de Boelhe, Penafiel, seriam meia dúzia.

Documentalmente, sabemos muito pouco sobre a organização de um obradouro medieval. Uma igreja românica, mesmo pequena, pela solução dos seus portais com capitéis e arcadas ou pela solução da abóbada que tantas vezes cobre a capela-mor, necessita de um mestre-de-obras com razoável conhecimento técnico. Muito solicitados, não admira que afeitossem bons salários e tivessem honras, conforme muita documentação garante. Um documento do *Livro Preto* da Sé de Coimbra, referente ao papel decisivo que o bispo D. Miguel Salomão (1162-1176) teve na construção da catedral, diz-nos que os mestres Bernardo e Roberto que dirigiram as obras se faziam pagar bem. Concreta-

mente o mestre Roberto, nas quatro vezes que veio de Lisboa a Coimbra para solucionar alguns problemas da obra da Sé, fazia-se acompanhar de quatro mulas e quatro criados e recebeu, além da alimentação à mesa do bispo, dez morabitinos, o que bem nos mostra a importância da condição de um bom mestre-arquiteto, nesse tempo. A obra românica da Igreja do Mosteiro de Grijó (Gaia) passou, em 1144, a ser dirigida pelo mestre Soeiro que pela sua assistência aos trabalhos tinha direito à alimentação e a um morabitino por mês, o que representava um bom ordenado. Dentre os canteiros mais especializados, havia os capiteiros, artifices que se encarregavam dessas peças. Nos obradouros mais desenvolvidos havia uma nítida distinção entre pedreiros-canteiros e pedreiros-assentadores, estes, servindo-se do fio-de-prumo e do ferro-de-assento, mais conhecedores da estática e do travamento dos muros. Por documentação e tradição,



> Igreja de S. Salvador de Bravães (Ponte da Barca): tímpano do portal lateral norte, inacabado.

conhecemos o carácter ambulante destes artífices, nesse tempo. Um elucidativo diploma de D. Sancho I, de 1209, protege, quase religiosamente, as casas e os bens de uns pedreiros da área de Vizela (Guimarães) que foram trabalhar em pontes da região de Penamacor. O trabalho destes pedreiros era pago por jornadas ou, mais habitualmente, pelo número de pedras elaboradas, o que ajuda a explicar o uso e a frequência das siglas. Muitos outros serviços existiam num obradouro, desde o transporte de pedras, de barro até ao das madeiras, desde o trabalho de fazer andaimes, cimbres ou aparatos para elevação de materiais, aos serviços da forja e de muitos outros de ajuda. Era na área destes trabalhos que haveria muita participação gratuita, de que falam diversas fontes europeias. Em algumas igrejas monacais é possível que o mestre da obra fosse monge, como aconteceu em Cluny, e como parece ter sido regra nos mosteiros cistercienses, em cujos obradouros os monges e os conversos tiveram um papel muito importante.

*Siglas e Inscrições* — As siglas de canteiro que, tão abundantemente, encontramos sobre os muros dos nossos monumentos medievais são testemunhos de grande interesse histórico, tanto como as marcas dos ourives ou os selos do notário. Elas reflectem o prestígio que o trabalho do canteiro tem nessa época e a organização deste mister e dos obradouros. Estudadas, sistematicamente, na sua forma, no seu número e na sua distribuição sobre os muros de um edifício, elas podem dar-nos bons indícios sobre o andamento da obra, sobre as suas fases de construção e acerca do número de canteiros. Mais geométricas ou mais alfabéticas, pequenas, grandes ou muito desenhadas, as siglas têm evidentes possibilidades de significação cronológica e geográfica. Quando possuímos um bom *corpus* de siglas, com boas delimitações geo-

Sabemos, documentalmente, que na Alemanha, o pedreiro, quando começava a trabalhar numa obra, combinava com o mestre a sua sigla. O mesmo acontecia nos nossos obradouros, sobretudo quando os canteiros eram contratados à peça. E o pedreiro, de semana a semana ou de quinze em quinze dias, receberia o seu salário, conforme o trabalho realizado. Os monumentos que as não mostram teriam sido feitos com contratos à jornada. A contabilidade do trabalho foi, pois, um poderoso motivo para a divulgação destas marcas. Mas não as explica cabalmente porque as siglas são também uma pessoal assinatura do canteiro que nos patenteia o orgulho que ele sentia pela sua obra e o prestígio que então tinha o seu mister.

Do século XII até ao século XV, a configuração geral das siglas evoluiu bastante. O seu desenho tende a complicar-se e foi-se acentuando a preferência pelas formas alfabéticas. Há-as com letras floridas. No século XIV, são frequentes as siglas na forma de abreviatura, com a primeira e a última letras do nome do canteiro. Nos finais da Idade Média, muitas representam objectos e tornam-se ideográficas ou são signos falantes. É o tempo dos emblemas dos nobres e de marcas religiosas dentre as quais sobressai a inicial do nome Jesus, que vemos em pedras de diferentes igrejas, desde a Matriz de Ponte de Lima a Jesus de Setúbal. As siglas pertencem às ciências semiológicas. O funcionamento das «marcas poveiras» que chegaram quase aos nossos dias e em boa hora Santos Graça nos documentou e estudou, continuará a ser uma boa iniciação para o entendimento das suas formas, uso e multiplicação. Não deixa de ser curiosa, sem que pareça possível haver qualquer interferência, a coincidência entre certos aspectos das siglas de S. Dinis, estudadas por Crosby, e as marcas poveiras.

Nas paredes das nossas igrejas medievais aparecem-nos ainda outros sinais gráficos. Uns são «marcas de posição». Estas estão, geralmente, nas faces escondidas mas há-as à vista, como, por exemplo, na Capela da Orada (Melgaço) ou na Igreja de Boelhe (Penafiel). Costumam aparecer nas aduelas das arcadas e nas fiadas das abobadadas, marcando a ordem de colocação. É vulgar vermos cruces gravadas ao longo das paredes, habitualmente doze, sinal de que a igreja foi sagrada. Outras cruces, junto de portas, parecem ter sentido apotropaico e ainda outras uma função funerária. E há os variados grafitos que nos devem merecer atenção.

O estudo observado das inscrições dos nossos monumentos medievais é de uma enorme importância não só para a história e datação dessas construções como pelo testemunho de mentalidade que elas sempre são. Há milhares delas a solicitar estudos de conjuntos. Uma são ligeiras e cursivas, alguns milhares são de índole funerária e centenas de outras são monumentais. As inscrições funerárias que encontramos nas paredes de igrejas ou dos claustros são geralmente de tipo obituário. Elas procuravam perpetuar a memória da data da morte de fundadores, de benfeitores importantes e de abades. Por re-novação ou não, algumas foram lavradas bastante tempo depois do falecimento que recordam. Sempre úteis para a história do edifício onde se encontram, as inscrições que permitem para a datação da construção onde se integram costumam ser bastante vagas.

Já as inscrições monumentais são de uma enorme importância informativa para a história da arquitectura medieval, religiosa e militar. Há bastantes epígrafes, sobretudo do período gótico, alusivas a obras em castelos e em muralhas de vilas e cidades. Muito mais numerosas são as que dizem respeito a igrejas ou a mosteiros. Uma documentam a fundação da igreja, outras o começo ou conclusão de obras, muitas recordam a data da dedicação do



> Igreja de S. Pedro das Águas (Tabuaço): portal lateral norte, com inscrição apotropaica invocando a protecção do Deus dos Exércitos.

altar-mor e outras certificam a sagração da igreja já quando esta estava a concluir-se. A gravação monumental e em local notório, nos tímpanos ou ao lado das entradas, fala-nos da importância litúrgica que estas cerimónias e a sua comemoração tinham então. A notificação da sagração ou da dedicação de um templo era muito importante, social e religiosamente, porque ela garantia mais prestígio e uma protecção mais segura da igreja aos seus frequentadores e para os seus mortos. Algumas das inscrições referentes à dedicação do altar podem ter sido gravadas alguns anos depois do acontecimento que notificam mas todas nos fornecem dados muito importantes para o enquadramento histórico das igrejas que as exibem. Merece uma referência especial a inscrição existente sobre a arcada do portal lateral da Igreja de S. Pedro das Águas (Tabuaço), datável da segunda parte do século XII. Nela se roga «ao Deus dos exércitos que defenda a entrada e a saída da igreja». Esta epígrafe dá-nos, pois, um muito significativo testemunho para a ideologia do portal de uma igreja românica, a qual tanta influência irá ter nos programas da decoração escultórica que nos exibem.

**Materiais** — A pedra é, naturalmente, o material mais importante, o de utilização mais sistemática em toda a nossa arquitec-

tura medieval, tanto para as paredes como para a sua decoração e escultura. Trata-se de um material que aparece abundantemente em quase todo o nosso território, é resistente e muito apto para construir. E é também um material muito prestigiado nessa função.

Os monumentos românicos e góticos do Noroeste de Portugal, das bacias do Douro e das Beiras, situados sobre manchas quase contínuas de granito, utilizam, exclusivamente, este tipo de rocha. Um friso de Paderne, de feitura local, e outros de Cedofeita, de feitura local, e outros de Landim (Famalicão), estes certamente provenientes de oficinas da área de Coimbra, não invalidam o que afirmamos. Na região de Coimbra, por Leiria e Alcobaça, e em amplas manchas do Centro empregam-se o calcário branco, próprio dessas zonas, e, por Lisboa, o calcário lioz dessa área.

Dentro destas diferentes manchas, as rochas não têm todas as mesmas aptidões para a construção, sobretudo para os trabalhos mais elaborados e escultóricos. Esta diferença de qualidade é muito notória nos granitos que podem ir desde os de grão muito fino de algumas pedreiras da área de Braga aos do Porto, desde os de grão muito grosseiro e de dente-de-cavalo da zona de Guimarães aos granitos algo alterados, utilizados em Rates ou em Rio Mau. Em muitas igrejas há claras opções pela pedra de melhor qualidade, às vezes de origem bem mais distante, embora tal onerasse a obra. Nas áreas de granito áspero de dente-de-cavalo, por exemplo, em Guimarães, embora as paredes dos edifícios medievais sejam feitas com pedra dessa qualidade, os artefices exigiam para as arcadas e colunas, para os elementos que formavam os portais e as janelas e ainda para os frisos decorativos granito de grão bem mais fino, trazido certamente de bastante longe. Faltam as análises químicas às rochas, mas muito deste granito fino parece provir das cercanias de Braga. E até é

possível que alguns destes elementos de construção, de trabalho mais exigente, chegassem já elaborados, sendo produto de oficinas que estariam próximas das pedreiras onde se extraía a pedra.

O tijolo é um excelente material de construção, muito prestigiado em algumas manchas de Castela mas pouco utilizado entre nós. Em Portugal, só dois edifícios, em românico mudéjar, de influência leonesa, o empregam. É em tijolo a Igreja de Castro de Avelãs (Bragança) e parte da de S. Vicente de Bragança. Na época gótica, ele aparece-nos em diversos castelos, com destaque para o de Ourém. Recorde-se a importância da cobertura cerâmica, geralmente em telha de meia-cana. Na habitação nobre, gótica, de telhados altos, utilizam-se telhões planos.

A taipa, feita com barro rico em cal e pequenas pedras, moldada por cofragem, é um modo de edificar que se vulgariza a partir do século XII, pelo Alentejo e Algarve. Este modo de construir aparece, sobretudo, em muralhas de vilas e em castelos. O de Paderne (Albufeira) é um magnífico exemplo de construção deste tipo.

A madeira é um outro material com enorme importância e múltiplos usos na arquitectura medieval. Não é necessária muita imaginação para se avaliar das grandes quantidades de madeira que uma construção românica ou gótica necessitava para andaimes, cimbres de arcadas e de abóbadas, para escadas, soalhos, tectos e coberturas, etc., e depois para portas e arranjos internos e finais. Algumas notícias sobre programações de obras importantes, caso da Abadia de S. Dinis (Paris) ou da Catedral de Milão, evidenciam-nos bem as preocupações com o seu fornecimento e custos da sua aquisição. Acresce ainda que outrora as nossas igrejas românicas rurais tinham, lateralmente, alpendres de madeira, garantidos hoje pelas misulas e ressalto existentes, próprios para apoiar coberturas de madeira.

## Análise da Arquitectura Religiosa

É pelas enormes potencialidades simbólicas que a arquitectura tem, nos seus espaços, nos diferentes elementos de construção e de organização, na configuração dos seus arranjos e nas formas decorativas utilizadas, que somos capazes de classificar, estilisticamente, regional e cronologicamente, todos os seus testemunhos. Em arquitectura, mais que em outra qualquer actividade artística, desenha-se as necessidades, o pensamento, o gosto e as pretensões de uma época e sua sociedade, a sua *Kunstwollen*, tanto mais quanto mais inovador for o arquitecto. Por isto, porque sem arquitectura não há verdadeiro «habitar», porque ela responde a algumas das mais fundamentais necessidades do homem, ela é um dos mais avassaladores testemunhos de história humana. Recolha-se contudo que as leituras aprofundadas da carga simbólica da arquitectura são difíceis de atingir, estamos nos campos da aprendizagem porque as suas lições são difíceis de descodificar.

É nas suas igrejas que as comunidades de fiéis, o clero e a nobreza colocam toda a sua «vontade» de arquitectura cuidada e duradoura. A igreja devia construir-se com magnificência porque ela era «outro templo de Salomão» e uma imagem de Jerusalém celeste. Só uma construção cuidada se harmonizava com o sagração sempiterno e só assim ela prestigiava o encomendador e a comunidade que servia e que ela simbolizava e orientava. Por tudo isto, e como já Vitruvius dizia no *De Architectura* (I, III, 2), a edificação de uma igreja devia ter *firmitas, utilitas et venustas*, isto é, a sua arquitectura teria de ser segura e estável, deveria ser apta à satisfação das exigências do culto e ter um arranjo cuidado.

A disposição espacial que as igrejas românicas nos apresentam é muito mais contínua e aberta que a dos templos mo-

rabes e tem um outro ritmo, muito mais continuado e com outra amplitude. Esta nova modelação espacial das igrejas responde melhor ao espírito da liturgia romana que então se implementa, muito mais teatral que a anterior. Também a época românica cuida muito mais o aspecto exterior dos edifícios, como o desenvolvido arranjo dos portais das igrejas nos evidenciam. A igreja românica é feita também para ser admirada por fora ao passo que uma pré-românica estava muito mais voltada para o seu interior. A decoração arquitectónica românica é muito mais frequente e, geralmente, mais extensa no exterior dos templos que no seu interior.

Uma igreja serve para funções litúrgicas dentro as quais avulta a celebração da missa. Como recorda J. Hubert, ir à igreja é, acima de tudo, um *introito ad altare Dei*. O altar é o centro cerimonial e, idealmente, o ponto convergente dos seus diferentes espaços ainda que estes tenham e até devam apresentar diversos graus de distanciamento relativamente ao altar. O espaço do coro clerical é bem mais nobre que o de uma nave lateral que poderia ser reservado a mulheres. Ao analisarmos o tamanho e a organização do espaço de uma igreja devemos ter em conta estes destinos, além da realização dramaturgicamente centrada no altar. O estudo da arquitectura antiga evidencia-nos, como mostram estudos de Grabar, de Lassus e de outros, que a perspectiva funcional é essencial para compreendermos a evolução dos programas da construção religiosa, a qual evoluiu mais depressa quando esteve sob pressão de novas necessidades, porque uma construção é sempre a realização de um programa de funções/destinos, desde as físicas às simbólicas.

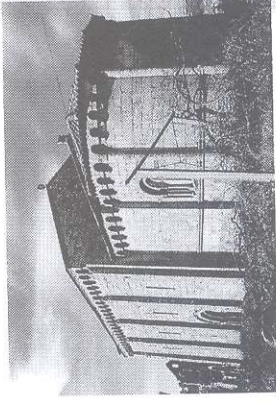
Os planos utilizados pela arquitectura românica reduzem-se, na sua quase totalidade, a modelos de origem basilical, isto é, aos que adoptam um corpo de uma ou

mais naves e uma cabeceira, mais ou menos desenvolvida, acompanhada ou não de transepto. Na arquitectura românica portuguesa há uma única excepção ao plano de origem basilical, a Charola de Tomar. Esta tão padronizada organização espacial de uma igreja serve tanto para os grandes programas edificatórios como para os pequenos, e é muito apta para escaleonar os diversos posicionamentos de féis, desde as mulheres, na parte mais afastada, aos clérigos, no coro, na frente e junto do altar. O plano basilical era bastante apto ao espírito da liturgia de então e ao desenrolar das frequentes procissões.

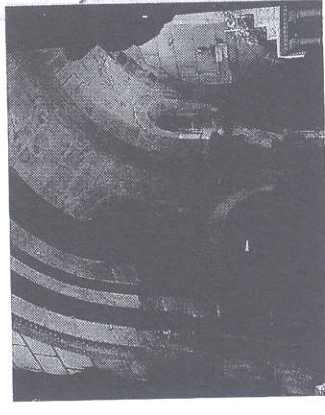
Os planos adoptados pela arquitectura românica portuguesa são, na sua grande maioria, relativamente simples e muito reduzidos. Só duas igrejas, a Sé de Braga e a Abadia de Salzedas terão sido idealizadas para apresentar cabeceira com cinco capelas, semicirculares e escalonadas. Todos os outros programas de igrejas catedrais ou monasteriais, com uma relativa grandeza, têm três capelas, semicirculares ou quadrangulares, também escalonadas. Com cabeceira de três capelas semicirculares temos os casos da Sé de Coimbra e da Catedral de Lisboa, na primitiva solução, e das igrejas monasteriais de Ganfei (Valença), de Rates (Póvoa de Varzim), de Pombreiro (Felgueiras), de Travanca (Amarante), de Castro de Avelãs (Bragança) e de colegiada de Santiago de Coimbra. Neste último exemplo as capelas são poligonais pelo lado exterior. Com cabeceira de três capelas quadrangulares, conforme solução típica do românico cisterciense, temos as monasteriais de S. João de Tarouca, a Abadia Velha de Salzedas (Tarouca), Ermelo (Arcos de Valdevez), Paderne (Melgaço) e na colegiada de S. Salvador de Coimbra. Duas antigas cabeceiras românicas, hoje desaparecidas, ficam fora desta classificação: uma é a da Sé do Porto que tinha deambulatório com três capelas radiantes e dois absíditos poligonais e a outra é a da Sé de Coimbra que tinha deambulatório com três capelas radiantes e dois absíditos poligonais.

nais, laterais, e outra era a cabeceira de S. Cristóvão de Coimbra, com absíde de cinco panos e laterais que eram semicirculares por dentro e rectas por fora. Poderá lembrar-se ainda o caso da monasterial de Águas Santas (Maia) com duas capelas na cabeceira, uma semicircular, do século XII, e outra quadrangular, encabeçando uma nave mais ampla, feita no século XIII. Parece evidente que o sistema de cabeceira com absídes redondas é mais frequente e mais tipicamente românico que o que utiliza capelas quadrangulares que aparece mais relacionado com mosteiros e é algo mais tardio.

Em Portugal, reflexo da simplicidade e da limitação dos programas da arquitectura religiosa, dentre uma centena de igrejas românicas, mais de 80% delas têm cabeceira com uma única absíde e esta é quadrangular em mais de 85% dos casos com a solução de absíde única. O modelo de capela-mor quadrangular, o mais simples, tem longa tradição pré-românica que, então, se não esqueceu. Aparece cedo. Temo-la, nos meados do século XII, em Rio Mau (1151), em Arnoso e, certamente antes, em S. Cláudio de Nogueira (Viana). Mas, sem dúvida, ela tornou-se bem mais frequente no românico tardio do século XIII. O grupo de igrejas com absíde semicircular, desde Longos Vales (Monção) e Friestas (Valença) até Roriz (S. Tirso) ou Ferreira (Paços de Ferreira), estas duas últimas com contorno poligonal no seu lado interno, tem, sistematicamente, uma arquitectura bem cuidada, sendo os melhores modelos românicos. Estas têm sempre abóbada de pedra e dispõem-se em dois tramos, um primeiro recto e um segundo semicircular ou poligonal. O primeiro tramo é o espaço do altar, tem abóbada de canhão e, mais tardiamente, algo quebrada. A parte arredondada tem abóbada de tipo forno que pode ser facetada quando o remate da abóbada é poligonal e até pode mostrar ner-



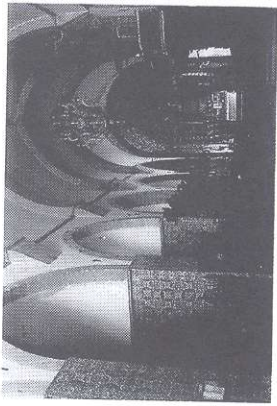
> Igreja de S. Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira): aspecto do templo e da absíde.



> Igreja de S. Cristóvão de Rio Mau (Vila do Conde): aspecto da capela-mor.

vuras, como vemos em Fonte Arcada (Lanhoso), quando as soluções são já proto-góticas.

As cabeceiras com capela quadrangular têm, na grande maioria dos casos, cobertura de madeira. Quando estão formadas com abóbadas de pedra têm, geralmente, dois tramos separados por arco total. Como acontece nas capelas semicirculares, também estas abóbadas, a partir dos finais do século XII, já se mostram, sistematicamente, quebradas. Espacialmente, a absíde tende a ser cada vez mais ampla e alta, sobretudo, mais aberta sobre a nave. Entre a cabeceira de Rio Mau (1151), muito baixa e com um arco cruzeiro que a fecha tanto que quase nos dá uma ideia de cripta, e a capela-mor da Igreja de Roriz, bastante alta e muito aberta para a nave, grande é a mudança.

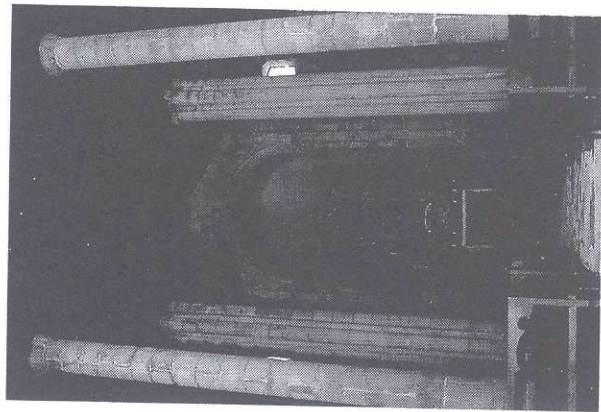


> Mosteiro de S. João de Tarouca (Tarouca): vista geral do interior do templo cisterciense, com as naves laterais organizadas com as características abobadadas transversais.

O transepto é um espaço essencial nos programas construtivos que tenham uma certa dimensão. Este elemento do plano relaciona-se muito mais com a cabeceira da igreja e seus serviços do que com o corpo das naves. É um espaço, funcionalmente, destinado ao coro dos monges ou do cádbido e um corredor muito gasto no ser-

viço dos diferentes altares e pelas cerimónias religiosas. Não admira pois que esta parcela espacial exista em todas as nossas catedrais românicas e em muitas igrejas monastéricas e colegiadas. Têm transeptos salientes, aqueles cujo comprimento transversal excede a largura das naves, as catedrais de Braga, do Porto, de Coimbra e de Lisboa e as monastéricas de S. João de Tarouca e de Salzedas (Tarouca). Transeptos falsos, aqueles que se notam apenas na largura do tramo e na sua altura, vemo-los nas monastéricas de Ganfei, de Paderne (Melgaço), de Rates, de Paço de Sousa, de Travanca (Amarante) e em algumas colegiadas de Coimbra. Lugar do coro e do acesso aos altares, ele participa da nobreza da cabeceira a que se junta, como bem nos significa o exemplo de Paderne que no-lo mostra dotado de um excelente portal.

Em Portugal não há igrejas românicas que apresentem mais de três naves, programa que vemos nas catedrais românicas portuguesas, em algumas colegiadas de Coimbra como a de Santiago e a de S. Salvador e numa dezena de igrejas dos mais importantes mosteiros da época, desde Ganfei, no Alto Minho, a Rates, Pombreiro, Travanca e Paço de Sousa, no Minho, até Salzedas e S. João de Tarouca, a sul de Lamego, e Santa Cruz, em Coimbra. No sistema de cobertura destes espaços e nos modelos da sua organização há soluções diferenciadas com importantes significados culturais e com muitos reflexos na estrutura dos edifícios. Abobadadas de pedra a cobrir as naves encontrámo-las, apenas, nas catedrais do Porto, de Coimbra e de Lisboa e nas igrejas monásticas de Santa Cruz de Coimbra, de Salzedas e de S. João de Tarouca. As abobadadas da nave central destes edifícios apresentam sempre arcos torais. As abobadadas das naves laterais da Sé de Coimbra e da de Lisboa são de arista e, por cima destas, existem amplas tribunas que se abrem para a nave central através do trifório e se integram em signi-



> Igreja de Santiago (Coimbra): aspecto da organização interna do espaço, com naves definidas por pilares simples, nos quais se apoia o telhado, e com ausência de arcos-formeiros.

ficativas galerias de circulação, de origem nórdica e úteis para determinados serviços e para animar os muros. As abobadadas das laterais de Santa Cruz, configuradas à borronha, e as de Salzedas e de Tarouca, com a marca cisterciense e quebradas, autonomizam-se em cada um dos tramos, isto é, têm abobadadas transversais. Todas as demais igrejas românicas portuguesas de três naves têm este espaço coberto a maneira, mas os templos com este género de cobertura mostram dois tipos muito distintos na solução na organização do espaço das suas naves e no modo de sustentar o tecto. Na Sé de Braga e nas igrejas de Travanca, Rates, Paço de Sousa e Pombreiro, as naves dividem-se por robustos pilares que apoiam arcos formeiros e arcadas diafragmas, transversais, que estruturam as paredes e servem para apoiar as vigas dos telhados. Esta solução, que chega ao período gótico, é nortenha e tem poderosos antecedentes na arquitectura pré-românica. Em contrapartida, algumas igrejas de Coimbra, como Santiago, e a de Armamar têm as suas naves separadas por simples pilares que, sem quaisquer arcadas, sobrem até à estrutura do telhado que sustentam. A espacialidade destas igrejas é muito una e clara, lembra o espaço-salão de período posterior e, ao que parece, terá antecedentes na arquitectura meridional, hispânica, de época anterior.

O único exemplo conhecido, em Portugal, de igreja românica com duas naves é a do Mosteiro de Águas Santas, Maia. A nave do lado sul, mais ampla, é o eixo da igreja por ter o portal principal e a presente capela-mor, quadrangular. Esta nave, feita no século XIII, é um acrescento à do lado norte, mais pequena, que tem oussia semicircular e é datável dos meados do XII. As igrejas de uma só nave representam mais de 90% dos nossos templos românicos. Todas têm, sobre a nave, cobertura de madeira, excepto a Igreja de Cedofeita, Porto.



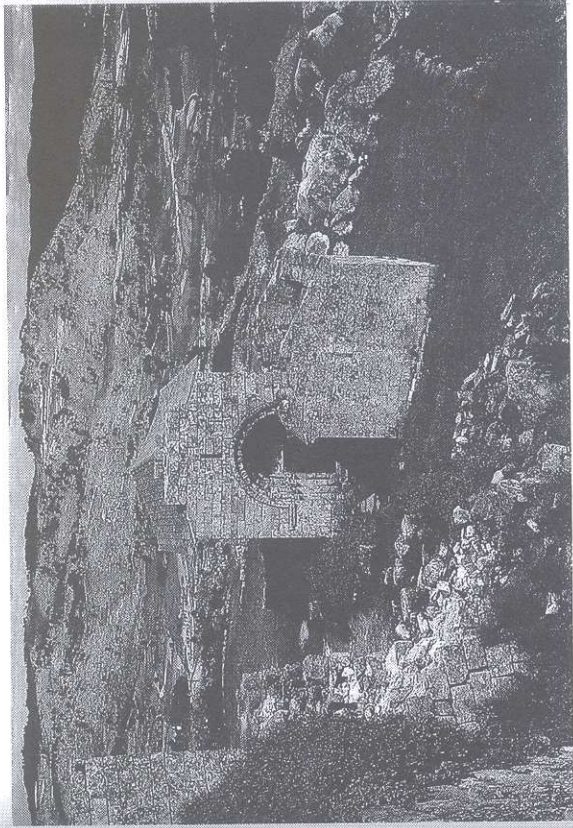
> Igreja de S. Martinho de Mouros (Resende): fachada do templo românico, com a potente torre sineira nela incorporada.

A partir do século XI, quando a torre se tornou símbolo de poder e de segurança, este elemento começou também a fazer uma igreja. E, incorporadas nos edifícios religiosos, elas servem também para alçar sinos cujo toque avisava actos do culto, cerimónias e manifestações de sagrado. A paróquia de S. Julião, nas cercanias de Coimbra, em 1096, tinha já «uma boa torre». As catedrais de Braga, do Porto e de Lisboa adoptam a clássica forma de comporem a fachada com duas torres extremas, algo adiantadas sobre o portal que ambientam. Em Santa Cruz de Coimbra e na Matriz de Chaves a torre encosta-se à parte central da frontaria, abrigando o portal. Em S. Martinho de Mouros (Resende), o maciço turriforme, da mesma largura da igreja, implanta-se no começo da nave, compondo toda a fachada. A primitiva fábrica românica da Sé de Lisboa dispunha ainda de uma torre lanterna, implantada sobre o cruzeiro do transepto, da qual nos ficaram imagens. Abalada por terramoto, recomposta em parte no tempo de D. João I, acabou por desaparecer. Certamente que no projecto inicial da Sé Velha de Coimbra teríamos uma outra torre lanterna, como evidenciam as gale-

rias de circulação e o actual maço de ar-  
ranque sobre o cruzeiro. São conhecidos  
diversos exemplos de torres isentas que se  
erguem junto de igrejas românicas, sempre  
mais tardias que estas. Citamos, entre  
os mais expressivos casos, as torres das  
igrejas de Travanca (Amarante), de Muia  
(Ponte da Barca), de Manhente e de Abade  
de Neiva (Barcelos). Mas estas torres se-  
bem que integradas em conjuntos români-  
cos, são posteriores. Muito vulgarizada na  
época estaria já a pequena torre sineira, um  
muro pentagonal com uma ou duas aber-  
turas para sinos, colocado sobre a parede  
da fachada ou, mais excepcionalmente,  
sobre um maço pétreo, ao lado da igreja,  
como vemos, por exemplo, em Serzedelo  
(Guimarães). Este foi o sistema mais vul-  
gar para instalar sinos até ao século XVII.  
Muitas igrejas românicas o tiveram, em-  
bora hoje não exibam sineira, um elemento  
importante na configuração da suas fachada-  
s e que tanta graça lhes emprestava, con-  
forme certificam os exemplos de igrejas  
que a conservam. O exemplo da igreja de  
Boelhe (Penafiel) bem o ilustra.

Muitas igrejas da época românica apre-  
sentavam, sobre a sua frontaria, uma espécie  
de átrio fechado ou, então, uma constru-  
ção autónoma ao lado da igreja, ao modo  
de capela independente, que tinham uma  
função claramente funerária. Eram selec-  
tos espaços cemiteriais. Podemos ver cons-  
truções deste tipo nas igrejas de Vilarinho  
(Santo Tirso), em Serzedelo (Guimarães),  
temos restos de outras em Ferreira e em

Freixo de Baixo (Amarante) e sabemos  
que outras existiram em Cedofeita (Porto),  
em Friestas e em Pombeiro. Esta última  
era uma verdadeira ante-igreja porque  
tinha três naves. Este tipo de edifício apa-  
rece também ao lado de igrejas, como  
vemos em Roriz e em S. Salvador de An-  
ciães e sabemos ter existido em Paço de  
Sousa e noutras partes. A compreensão  
desta solução arquitectónica tem muito a  
ver com o nártex das igrejas, espaços ce-



> Igreja de S. Salvador de Anciaães (Carrazeda de Anciaães): vista geral do templo, com a sua capela funerária anexa à fachada ocidental.

-se um pouco acima do portal, umas vezes  
em linha horizontal, formando um maço  
rectangular, e outras em duas águas, ofe-  
recendo-nos um maço pentagonal. A pri-  
meira destas soluções, provavelmente a  
que apareceu mais cedo, aparece-nos, por  
exemplo, em Bravães, em Paço de Sousa e  
em S. Pedro das Águas e a segunda vemo-  
-la em Unhão, em S. Vicente de Sousa, em  
Airães e depois, com gablete, em muitos  
portais góticos.

A observação da luminosidade dos es-  
paços religiosos românicos, que devemos  
visualizar em uníssono com a espaciali-  
dade dos interiores, é uma perspectiva es-  
sencial na apreciação de uma arquitectura,  
do seu estilo e época. A uma espacialidade  
românica, mais ampla, conforme a ten-  
dência da época, corresponderá também  
uma maior luminosidade. Litúrgica e sim-  
bolicamente, a iluminação mais impor-  
tante para um interior de igreja é a do Sol  
Nascente. É ela a que orienta a capela-mor  
da igreja, o altar e o celebrante. A fresta do  
topo da cabeceira é um elemento funda-

mental, na sequência da mentalidade reli-  
giosa de tempos anteriores que valorizava  
mais esse foco de luz que a iluminação de  
velas, então colocadas no chão. Na época  
românica aparecem já, sistematicamente,  
frestas laterais na cabeceira, mas só no ro-  
mânico tardio se desenvolvem e multipli-  
cam as aberturas do seu topo, como já se  
evidencia em Fonte Arcada, Lanhoso. Só  
no estilo gótico, plenamente formado, o  
topo da cabeceira mostrará grandes e altas  
fontes de luz. Por cima da arcada da en-  
trada da capela-mor, aparece-nos, siste-  
maticamente, uma importante abertura,  
significativamente, também virada a nas-  
cente, que tende a alargar-se, podendo-se  
mostrar em dupla fresta, como na Igreja  
de Tarouquela (Cinfães), em óculo, como  
se vê na Igreja de Cabeça Santa (Penafiel),  
ou em rosácea mais ou menos desenvolvida,  
como vemos nas igrejas de Bravães, de Er-  
melo (Arcos de Valdevez), de Abragão  
(Penafiel), etc. Nos topos dos transeptos  
há sempre frestas e, nos programas mais  
tardios e grandiosos, rosáceas, como po-



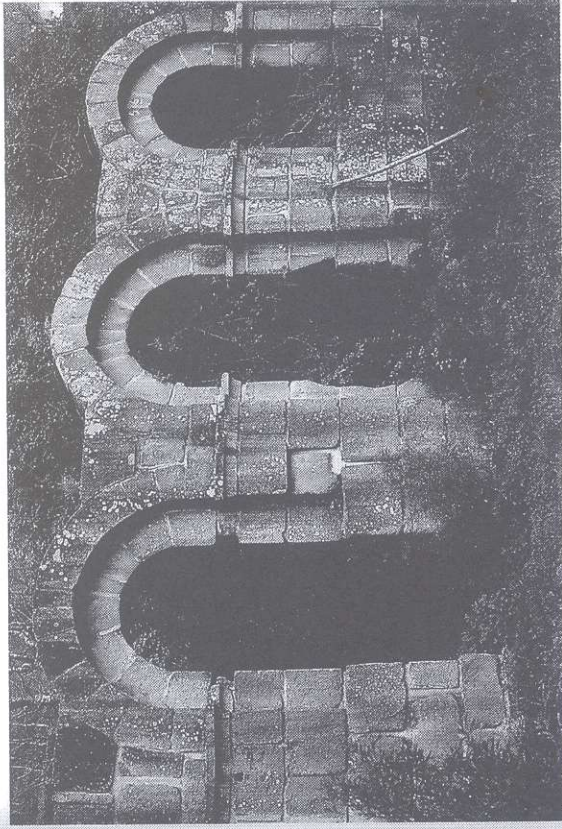
demos ver na Sé do Porto e na de Lisboa. Nos alçados laterais das naves das nossas igrejas há sempre pelo menos um alinhamento de duas ou mais frestas. Sobre a parte superior da fachada ocidental temos sempre uma abertura que nas frontarias mais antigas e nas mais simples pode ser uma simples fresta com ou sem colunelos e nos programas de maior dimensão e mais recentes aparece em janelão, como vemos na Sé Velha de Coimbra ou em rosácea, como se observa na Catedral do Porto e na de Lisboa e nas monastérios de Fonte Arçada ou de Pombeiro de Riba de Vizela. Uma importante fonte de luz, funcional e arquitectonicamente, é a torre lanterna, a qual se derrama sobre o cruzeiro do transepto e que encontramos nas nossas catedrais. Ela ilumina e focaliza um dos espaços mais importantes da igreja, o seu centro de gravidade, isto é, o lugar do coro, frente ao altar.

O claustro, tão rico de simbolismo e de funcionalidade, é um espaço essencial numa catedral ou num mosteiro, pelo menos a partir da época românica. Pela sua contínua utilização nos actos litúrgicos e na vida quotidiana de toda a comunidade, o claustro é o centro em volta do qual pulsa todo o dia-a-dia de cada mosteiro. Se, habitualmente, ele se mostra como uma quadrícula de alas portucadas, ele é, sobretudo, um espaço de silêncio e um interface de acessibilidades. É ele que une a comunidade à igreja, à sala de capítulo, ao refeitório, à enfermaria, ao dormitório e a outras parcelas monastéricas. É pois o símbolo da vida orgânica, interna, de um mosteiro e um espaço funerário privilegiado para os seus monges. Normalmente, encontra-se a um alçado lateral da igreja, mais geralmente ao lado sul, por ser a banda da melhor exposição. Há, porém, determinantes topográficas e históricas que deram origem a localizações diferentes. Na Sé de Braga, em Alcobaça e em Muia, o claustro situa-se do lado norte da igreja e, devido a

problemas topográficos, o da Sé de Lisboa ergueu-se sobre o topo nascente da cabeceira. Um percurso pela arquitectura dos claustros, em Portugal, revela-nos que eles pertencem, sistematicamente, ao período gótico o que não nos deve causar estranheza, porque o claustro, como nós o idealizamos, como um espaço de silêncio muito ligado ao da igreja e com uma programática ordenação de espaços e funções, desde a sala do capítulo ao refeitório, é um legado cisterciense, embora tenha muitos antecedentes. Não se deve ignorar que há alguns claustros anteriores a Cister, caso de Moissac, mas eles não nos mostram o padrão clássico de organização que depois aparece sistematicamente. O claustro é, pois, grandemente, uma invenção românica e não espanta que tenha chegado tarde a Portugal. Entre nós, o claustro de S. João de Almedina, Coimbra, datável ainda do segundo quartel do século XII, terá sido o primeiro a aparecer, mas os restos encontrados não nos permitem visualizar a sua organização. Até se poderá questionar se, verdadeiramente, o terá sido. Os testemunhos de claustros seguintes são já, em românico tardio, do século XIII, como é o caso do que temos no mosteiro da Costa ou na Igreja da Oliveira de Guimarães. O lugar mais nobre do claustro é o mais próximo ao acesso da igreja. Ele é, sistematicamente, reservado para a sala de capítulo, um espaço sempre muito cuidado, normalmente, com portada de aparato, ladeada de duas janelas. É nesta dependência que a comunidade se reúne para receber emissários, para eleições e para ponderar e resolver os passos mais importantes da sua vida interna.

### Elementos da Construção

Para erguer, com solidez e durabilidade, os espaços que a arquitectura propõe, a técnica de construir utiliza,



> Igreja de Ermida de Paiva (Castro Daire): aspecto do claustro.

conforme as épocas, um conjunto de elementos de edificação, vedação, elevação e estática, segundo opções e conforme uma organização que faz parte do estilo do tempo, neste caso, do românico. Muros, pilares e colunas, arcadas, abóbadas e nervuras, tectos, contrafortes e as maneiras de fazer portais e aberturas de iluminação são os elementos fundamentais para alcançar a volumetria, a estática e o modo das igrejas românicas.

Os muros dos templos românicos, espessos e de duas faces, têm habitualmente, pouca animação. Mostram-se bastante contínuos e com poucas e estreitas aberturas. Eles são elementos construtivos fundamentais não só na elevação e vedação dos espaços como também na função de suporte de arcadas, abóbadas ou tectos. Esta é uma característica fundamental da arquitectura românica.

A coluna, como suporte isolado, de tão forte tradição clássica, não teve aceitação no românico de Portugal, embora seja possível que a destruída charola da cabeceira da Sé do Porto as pudesse ter tido.

Ela foi sistematicamente substituída pelo pilar, de estrutura mais complexa, mas mais fácil de fazer e mais seguro. As colunas de fuste monolítico obrigavam a especiais trabalhos de talhe já na pedra e a grande cuidado no transporte. Os pilares românicos, espessos e seguros, dividem, longitudinalmente, o corpo da igreja em naves. As suas formas variam, vão desde a cilíndrica ou quadrangular à composta, e elas têm íntima relação com a evolução da arquitectura e o modo de cobertura. Os pilares são cilíndricos em Santiago de Coimbra porque se destinam apenas a aguentar o peso vertical do tecto de madeira, têm uma secção em T, em Salzedas, porque respondem ao sistema de abobadamento que os cistercienses desenvolveram, e vemo-los cruciformes nas catedrais de Braga, do Porto, de Coimbra e em muitas monastérios onde precisam de estabilidade para responder às solicitações do peso das arcadas diafragmas e formeiras e ao impulso das abóbadas. Conforme a simplicidade da arquitectura cisterciense, em S. João de Tarouca, são quadrados e

mostram-se rectangulares em Ganfei, con-  
dizendo com a ampla espacialidade desta  
igreja. Se a arquitectura românica quase  
não utiliza a coluna como suporte isolado,  
os mestres-de-obras desse tempo desco-  
brem-lhes e dão-lhes uma sistemática e  
muito característica função, a de ambien-  
tarem o arranjo de portais e de frestas,  
onde o seu valor arquitectónico não é ig-  
norado de todo. Outra inovação caracte-  
rística do estilo românico é o emprego  
sistemático de meias-colunas, adossadas  
ou embebidas na construção, formando ou  
ornamentando contrafortes ou modelando  
os lados dos pilares, dando-lhes formas lo-  
buladas. Todas as arcadas as solicitam. No  
românico português quase se ignora a pi-  
lastra. Utiliza-se poucas vezes e tem, so-  
bretudo, uma função decorativa. Vemo-las  
em alguns portais de Coimbra, como no  
axial da Sé Velha, e a moldurar o começo  
de uma saliência arquitectónica no interior  
da oussia de Ferreira.

Para formar vãos, para equilibrar mu-  
ros e pilares, para apoiar tectos e fazer  
abobadas, a arquitectura românica utiliza,  
sistematicamente, o arco em vez de arqui-  
traves, que nunca utiliza, ou de dintéis,  
que emprega apenas em situações arqui-  
tectónicas secundárias, por exemplo, no  
apoio do tímpano dos portais. A arcada,  
simples ou com ressalto, é um sistema de  
remate de vão extremamente seguro desde  
que bem contrafortada. O arco de meio  
ponto é, sem dúvida, o mais tipicamente  
românico, mas na arquitectura cister-  
ciense, por influência borgonhesa, utili-  
zam-se arcadas algo quebradas as quais  
dominam já no românico tardio do século  
XIII. Recorde-se que no nosso românico  
mais antigo há uma ou outra lembrança do  
arco ultrapassado, por exemplo, na oussia  
exterior da Sé de Braga e no arco cruzeiro  
de Rio Mau, o que acontece também no  
românico tardio da sala de capítulo da  
Oliveira, Guimarães. Nos portais, sempre  
encimados por arcada, o espaço superior

Os contrafortes são elementos muito  
importantes na estrutura e estática dos edi-  
fícios e são ainda muito significativos para  
a composição, ritmo e modelos da com-  
posição exterior das igrejas de então. Apa-  
recem ao longo das paredes exteriores,  
acompanhando, sistematicamente, as arca-  
das transversais e os pontos fulcrais onde  
se exerce o peso das elevações. São, por  
isso, mais numerosos e fortes nos edifícios  
cobertos com abobadas de pedra. A forma  
como se apresentam, com mais ou menos  
ressaltos, o seu ritmo, a altura que atingem  
nos diversos alçados dos edifícios, o modo  
como se dispõem na esquina das fachadas  
e que tanto lhes modifica o aspecto, tudo  
isto nos testemunha o seu grande signifi-  
cado estrutural, estético, cultural e  
cronológico. Sobre a parte exterior das  
cabeceiras semicirculares abobadadas, os  
contrafortes adoptam a forma de colunas  
adossadas. Ao longo dos trechos de muros  
rectos apresentam, habitualmente, secção  
quadrangular. Nestas circunstâncias, os  
exemplos de contrafortes de coluna ados-  
sada que, por exemplo, vemos na parte  
mais antiga da Sé de Braga, têm sabor  
arcaizante. Deve merecer-nos singular  
atenção o modo como os contrafortes se  
apresentam nos extremos laterais das fron-  
tarias, mesmo em edifícios não abobada-  
dos, compondo as fachadas. O modelo da  
Sé Velha, que vemos em outras igrejas do  
Centro e da Região Norte, consta de um  
único, forte e largo contraforte, saliente  
sobre a frontaria e sobre a parede lateral,  
que incorpora e esconde a esquina das  
duas paredes. Outra solução, mais movi-  
mentada, é a que deixa livre a esquina ex-  
terior das duas paredes que ladeia com  
dois contrafortes, um sobre a parte da fa-  
chada e outro encostado à parede lateral.  
Esta é a solução que temos em Orada e em  
Tarouquela (Cinfães). Um terceiro mo-  
delo utiliza um só contraforte, estreito,  
posicionando-o, lateralmente à fachada, na  
sequência do alinhamento da sua parede.

Esta solução que amplia a largura da fá-  
chada parece mais tardia. Encontramo-la  
em Fonte Arcada, em Abade de Neiva, etc.

### Percurso pelas Igrejas Românicas

O românico tem uma razoável distri-  
buição pela Região Norte e pelo Centro  
de Portugal. Ele chegou a quase todos os  
recantos do território nacional, onde havia  
comunidades organizadas pelos finais do  
século XII. Assumido nestas manchas, o  
românico foi-se revestindo de caracte-  
rísticas locais e, por aí, se tornou quase verná-  
cular, no decurso da centúria seguinte. É  
observado nos sítios onde se implantou, aí  
onde se integra na paisagem que ajuda a  
compor, que a nossa arquitectura româ-  
nica deve ser vista e onde ela tem sempre  
lições a revelar-nos. Observá-la aí, no seu  
contexto, é uma radicalidade para sen-  
tirmos o seu significado e para com-  
preendermos as formas simplificadas que  
adopta. Uma igreja românica, mesmo que  
hoje esteja isolada, é sempre um centro  
cheio de múltiplos liames. É essencial ir,  
sentir o monumento no seu sítio e no seu  
ambiente e depois observá-lo por fora e  
por dentro. Ao aproximarmos-nos de um  
monumento medieval, tal como faz  
umromeiro devoto que se aproxima do  
seu almejado santuário, deveremos olhar a  
sua fachada e volumetria no seu enqua-  
dramento histórico e natural, darmos, em  
seguida, umas voltas de observação em seu  
redor e penetrarmos depois no seu interior  
para sentirmos o seu espaço e apreciarmos  
as suas soluções e arranjos. Olhar, reflec-  
tivamente, o monumento para que o vo-  
lume das observações e o entrecruzamento  
dos indícios alcançados nos revelem as  
suas sempre sedutoras lições. O itinerário  
que nos propomos fazer, de terra em terra  
e de região em região, permitirá focalizar  
a «paisagem artística românica» das zonas  
percorridas e a dialectologia das suas for-